



HAL
open science

Entre condição de agricultor e profissão: reproduções e construções sociais de jovens agricultores duma frente pioneira amazônica

Xavier Arnauld de Sartre

► To cite this version:

Xavier Arnauld de Sartre. Entre condição de agricultor e profissão: reproduções e construções sociais de jovens agricultores duma frente pioneira amazônica. Actes du VI Congrès Latino Américain de Sociologie Rurale, Sustentabilidad y Democratización de las Sociedades Rurales Latinoamericanas, Nov 2002, Porto Alegre, Brazil. halshs-00004087

HAL Id: halshs-00004087

<https://shs.hal.science/halshs-00004087>

Submitted on 11 Jul 2005

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Actes du VI Congrès Latino Américain de Sociologie Rurale, «Sustentabilidad y Democratización de las Sociedades Rurales Latinoamericanas », Porto Alegre, Nov 2002.

Entre condição de agricultor e profissão: reproduções e construções sociais de jovens agricultores numa frente pioneira amazônica.

Resumo.

Este trabalho pretende, dentro do objetivo geral do grupo 10 (estudar as transformações dos grupos familiares impulsionadas pelas políticas públicas), apresentar no caso de grupos familiares de uma fronteira amazônica as diferenças existentes entre os objetivos de atores do desenvolvimento e as transformações efetivamente realizadas. Tendo observado que existe uma “crise” entre os pais (colonos) e os filhos, os atores do desenvolvimento tentam aproveitar essa ruptura para modificar as práticas dos filhos de colonos no sentido que eles querem. O sindicato dos trabalhadores rurais, principal ator do desenvolvimento nas regiões de fronteira, tenta profissionalizar a agricultura familiar, fazendo dela um grupo que tem uma alta estima dele, capaz de produzir de forma sustentável, e politicamente organizado. Portanto, pelo que podemos estudar da profissionalização dos filhos de colonos, ainda falta muito para que eles sejam “profissionais”. Construindo indicadores da profissionalização da agricultura familiar a partir de uma análise dos discursos de filhos de colonos, esse trabalho mostra que, apesar deles terem, em vários casos, atitudes diferentes das dos pais deles, eles não estão se profissionalizando, mas se urbanizando, ligando-se ao mercado.

Xavier ARNAULD DE SARTRE,

Doctorante Dynamiques Rurales, Université de Toulouse le Mirail, França. Cotutela com o doutorado do Núcleo de Altos Estudos Amazonicos (NAEA), Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

Estágio doutoral no laboratório SICOMOR, Institut National de la Recherche Agronomique, Toulouse, França.

Pesquisa realizada dentro das atividades do Laboratório Agro Ecológico da Transamazonica (Altamira-PA), Núcleo de Estudos integrados sobre Agricultura Familiar (Belém-PA), Universidade Federal do Pará.

E-Mail: xavier.arnauld@univ-pau.fr

Introdução.

Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento participativo, modernização, meio ambiente... O Decimo Congresso Mundial de Sociologia Rural que houve no Rio de Janeiro durante o verão 2000 mostrou que essas palavras, muito usadas pelos atores do desenvolvimento rural, são usadas também pelos sociólogos rurais¹. Até um tal ponto que, na sua conferencia conclusiva, José da Souza Martins (2000) estigmatizou o uso desses conceitos por um grande número de sociólogos, e chamou atenção para melhor levar em conta a realidade vivida por esses agricultores que pretende-se modernizar.

Portanto a nossa vontade aqui é de colocar-se numa posição de “interface social” (Long, 1989) para analisar discursos de atores do desenvolvimento, tentando entender quais são os pressupostos das políticas de modernização da agricultura familiar para uma melhor articulação dessas políticas com a realidade vivida pelos agricultores. Desse ponto de vista, pretendemos analisar, no caso da frente pioneira da Transamazônica, as esperanças suscitadas pela chegada da nova geração de agricultores; e confrontar essas expectativas com as praticas dos jovens.

Mas quando trata-se de uma nova geração, deve se levar em conta que eles são, a muitas vezes, profundamente influenciados pelos pais. Com efeito, uma fronteira como a frente pioneira da Transamazônica é um território caracterizado por, pelo menos, dos tipos de esperanças: é uma terra para os agricultores familiares brasileiros encontrar terras livres para poder reproduzir-se em quanto grupo social (Wanderley, 1998); mas trate-se também, dentro do contexto agrário do Brasil (caracterizado pela grande propriedade), da “possibilidade da emergência nessas regiões de uma agricultura familiar tendo um lugar, uma identidade e um futuro na sociedade brasileira” (Albaladejo, 2001, tradução nossa). Essa vontade de “fortalecimento da agricultura familiar” é assumida, em particular, por instituições ligadas a agricultura familiar (FETAGRI, STR’s, ONG’s).

Ora, essas duas esperanças são intimamente ligadas as lógicas das famílias. Se elas foram bem caracterizadas pelos especialistas da agricultura familiar (Brumer e *al.*, 1991; Garcia, 1983), mostremos que os jovens agricultores estão contestando com bastante força esse sistema (Arnauld de Sartre, 2003), o que leva a interrogar-se sobre as lógicas da instalação em agricultura dos jovens agricultores.

1 2 conferências inaugurais, 4 symposiums (sobre 10) e 18 workshops (sobre 54) tenham como palavra chave : desenvolvimento, participação, meio ambiente, sustentável.

Por essas razões, a nova geração esta sendo objeto de várias esperanças. Tanto para os pais quanto para os atores comprometidos com agricultura familiar, a chegada de uma geração tem um valor social muito forte: “O perfil social das pessoas chegando sempre é um problema capital na medida em que define as propriedades futuras do grupo e pode modificar com mais ou menos força o valor social atual dos que compõem o” (Champagne, 1987, tradução nossa). As pressões exercitadas sobre os jovens pelos pais e pelos atores sociais comprometidos com agricultura familiar tentam concretizar as esperanças acima expostas; mas não devem esconder que as realizações dos jovens podem ser bastantes diferentes.

A confrontação, ao nível dos discursos, entre esperanças (de pais e atores sociais) e realizações efetivas (dos jovens) que queremos assumir aqui.

As esperanças ligadas a instalação em agricultura na frente pioneira da Transamazônica.

Tanto nos discursos dos pais quanto dos atores do desenvolvimento rural da região da Transamazônica, os jovens são uma fonte de esperança; mas por razões diferentes. Para os pais, eles podem incarnar ou a reprodução da família (e, de uma forma mais geral, dos valores da agricultura familiar) ou de ascensão social; para os atores do desenvolvimento, eles podem participar da profissionalização da agricultura.

Reprodução de um modo de vida comunitário e aspirações societárias².

No caso da agricultura familiar, pouco ligada até os últimos anos com escolas, os pais são, mais ainda do que nos outros grupos sociais, os principais atores da socialização dos jovens. Por essa razão, apareceu importante entender as relações que existem entre pais e filhos³. Essas relações revelaram diferentes concepções da família e da agricultura familiar. Para entender tanto as relações quanto as concepções, hemos usados duas ferramentas de pesquisa diferente: um questionário aplicado a 86 famílias de 6 localidades (mapa 1) destinado a obtenção de dados gerais sobre a organização das famílias e a localização dos filhos; entrevistas semi estruturadas com 25 pais de família a fim de recolher discursos explicando os comportamentos observados.

Embora apareceu muito difícil falar de uma agricultura familiar, sem usar o plural, apareceu nos discursos dos pais em relação ao que fazem, devem ou deveriam fazer os filhos deles depois

² Essa parte é resumo de um artigo nosso, Arnauld de Sartre, 2003.

³ Usa-se as palavras genéricas de pais para falar de mais e mães; filhos para falar de filhos e filhas.

de casar três argumentos principais: os pais querem em primeiro lugar que, mesmo que eles tenham o próprio lote, os filhos seguem ajudando o pai na roça; depois, os pais desejam que os filhos ficassem perto deles (geograficamente); enfim, querem que os filhos mantenham uma independência em relação a patrões, tendo o próprio lote ou sendo proprietários dos médios de produção (caso eles estejam morando na cidade).

Esse último argumento pode servir a revelar o valor dessas vontades. Com efeito, os agricultores que encontramos são pequenos proprietários; apesar das dificuldades que eles enfrentam quotidianamente, e do desprezo que eles estão sendo vítimas nas cidades, eles não são no nível mais baixo da escala social. Por essa razão, eles querem a muitas vezes que os filhos mantenham ao menos esse nível, e rejeitam com muita força o assalariamento (embora ele pudesse dar uma renda melhor). As entrevistas mostraram que esse estatuto social está ligado um modo de vida comunitário (Dubar, 1991), que os pais querem que os filhos reproduzam: modo de vida caracterizado pelo trabalho familiar e a proximidade geográfica.

Portanto, todos os agricultores não têm a mesma concepção da comunidade: se os agricultores originários das zonas rurais do Nordeste têm uma concepção muito centrada sobre o trabalho em conjunto (tipo I), os sulistas desejam que o último filho trabalhasse com eles, e só querem dos outros uma proximidade geográfica que permite uma vida comum (tipo V). Pessoas que encontram-se hoje na roça, enquanto agricultores, mas que não têm um passado unicamente de agricultores, não têm exigências específicas pelos filhos, a não ser que eles estejam independentes (tipo IV). Mas todos os pais não têm condições (tipo II), a força de persuasão (tipo III) ou a vontade (tipo II e IV) de impor essas vontades aos filhos. Alguns agricultores da nossa amostra estão em crise identitária, e acham que as condições de vida deles são difícil demais para desejar que os filhos tenham as mesmas. Outros (tipo II) não têm condições de comprar uma terra a proximidade pelos filhos nem vontade de fazer uma nova migração: eles devem aceitar que os filhos trabalhassem por outras pessoas, sogros ou patrões, e ver os afastar-se deles.

Mas são os jovens que rejeitam com mais força as exigências dos pais. Nossos dados e os discursos de pessoas-chaves da região mostram que os conflitos entre pais e filhos são numerosos: a autoridade do “pai”, seja em relação ao trabalho em conjunto (tipo I) ou a vida comum (tipo V), está rejeitada por uma parte cada vez mais importante de jovens. As aspirações desses mesmos, consideremos as como reivindicações societárias, segundo quais família e

trabalho agrícola são duas coisas diferentes, autônomas; a comunidade familiar não mais esta o grupo social de referência desses jovens que querem inserir se na sociedade global.

As vontades de profissionalização dos sindicalistas e dos agentes de desenvolvimento.

A partir dessa mesma observação, a distancia cada vez maior que separa os jovens dos pais, os atores do desenvolvimento regional, e em particular os sindicalistas⁴, tentam de influenciar os jovens. Eles criaram, em particular, Casas Familiares Rurais (CFR's), destinadas a formar por alternância jovens ao trabalho agrícola. Para entender os objetivos das CFR's, passamos um bom tempo nessas escolas, limos projetos a cima delas, e realizamos entrevistas com pessoas chaves, ligadas a essas escolas. A entrevista do coordenador da FVPP apareceu reveladora dos objetivos dessas escolas:

“P. : E depois, você falou sobre esse seminário que era para mostrar que todo não era perdido, que tinha que colocar esperança...”

“R. : Sim... É o trabalho de recuperação de alto estima, né. Você, os jovens tem até medo de falar que ele é agricultor ou agricultora. É uma das maiores dificuldades, a maioria dos jovens eles não se identificam como agricultor. Têm vergonha de dizer. Se dizem estudantes, como qualquer coisa mas eles não falam...”

“P. : E esse problema, você fala que é serio?”

“R. : É, é um dos maiores problema hoje na agricultura Brasileira, é esse problema da auto-estima. Tem vergonha de se identificar como agricultor. E a gente na cidade, se você presta atenção, e você conversar com pessoas, inclusive que eram da roça, e que tem uma... eles colocam umas palavras assim que fazem com que essa auto-estima inclusive dos jovens, que é mais sensível, ele ela se perta cada vez mais. “Tá, fulano é colonheiro, é não sei o que, é caipira”. Então são termos que fazem que ele se sente mais pequeno ainda. Porque as vezes dizem isso pessoas que vieram da roça, e as vezes não consegue as vezes nem comer aqui na cidade, porque não tem trabalho, não conseguem... E eles tentem se firmar com esses termos, como se fossem já da cidade... Isso demonstra a falta de auto estima das pessoas.

“P. : Os jovens que estão na roça perderam a estima deles?”

“R. : Pode se dizer que 90% eles têm vergonha de dizer qual a profissão deles.

“P. : E então vocês?”

”R. : Nós estamos tentando recuperar a auto-estima deles. A Casa, todo esse processo ele é feito para recuperar a auto-estima deles. Até dentro da Casa, é o final de todo. Até a questão de conhecer como funciona essa sociedade também. A Casa também ensina isso. Conhecer todo isso daí porque isso vai fazer como ele participa dentro desse...”

O coordenador da FVPP faz a mesma observação que fizemos acima sobre a distância que tem entre os pais e os filhos, mas considera a como uma crise de identidade (veremos que nós não concordamos com isso). Para ele, os jovens têm vergonha de se identificar como agricultores: trata-se então, com as CFR, de recuperar a auto-estima deles. Ora, ele usa de uma palavra muito interessante para qualificar o trabalho da CFR: o termo de profissão. A crise dos jovens não é só ao nível da identidade, mas também ao nível profissional.

⁴ Trata se dos membros dos STR reunidos na Fundação Viver Produzir Preservar, FVPP, e da FETAGRI regional.

Essa fato esta sendo corroborado por outras partes da entrevista com os atores das CFR. Com efeito, eles querem “demonstrar com as CFR que a agricultura vale a pena” (entrevista com monitores de uma CFR da Transamazônica), ou, como o diga o coordenador da FVPP:

“[Queremos os jovens] ir a ter uma melhor visão, ver que a roça não é... não precisa necessariamente ser tão duro como ela é. Pode melhorar, as coisas dependem do trabalho, todo... e também que a rentabilidade, a renda pode ser melhor. E aí a partir de que a família melhora a renda, o filho também vai se sentir melhor ficando na roça do que arriscar de ir para cidade. São umas das ações que a gente desenvolve: questão da educação, questão da formação, todo isso...”

Com efeito, segundo o sindicato (Silvestro e *al.*, 2001, fazem a mesma avaliação), os jovens saem da roça não só porque eles enfrentam uma crise de identidade, mas também porque a roça não dá uma renda melhor. Os jovens avaliam a renda que podem alcançar na roça, comparam a com o que teriam na cidade, e decidem ir-se embora para cidade. Trata-se então de melhorar a gestão dos lotes. A representante da FETAGRI estadual em Altamira explicou que deve-se modificar as práticas de gestão dos lotes:

“É por isso que a gente diz para eles que eles estão na terra, eles têm que fazer com que... A gente não diz para eles, mas a gente constrói junto, que a terra é o espaço aonde assim como o cara tem um empresa na cidade, você tem a sua imprensa que é a sua propriedade, e você deve fazer com que ela renda, te dê lucro, que você possa viver bem, que você tem energia, tem escola, tem estrada... Você possa viver saudável lá na sua roça. Assim como uma pessoa que tem uma imprensa na cidade vai investir na sua imprensa, você possa viver bem e saudável na sua imprensa que esta le dando lucro.”

Trate-se então de importar as praticas de gestão capitalistas (“das empresas da cidade”) aos lotes de colonos: o lote deve “render, dar lucro”, se deve “investir”. Isso necessita uma racionalização dos comportamentos economicos.

Em fim, os sindicalistas creram uma formação pelos jovens, distinta das CFR que tentam ter atuar ao nível da renda e da identidade, para formar agentes comunitários, destinados a fortalecer os Movimentos Sociais. Trata-se de aproveitar da nova geração para organizar os agricultores de uma tal forma que eles podassem defender os inteires deles na frente dos governos (do nível municipal até o nível Federal). A pessoa responsável por essa formação explicou nos os objetivos dessa formação:

“Então são 280 jovens com essa linha de pensamento e tu percebes que onde quer que eles se encontrem eles se identificam como participantes do projeto “Agente de desenvolvimento”, ou dos cursos de formação, etc. Os temas trabalhados no projeto são relacionados ao sindicalismo, à política mesmo e à construção de políticas públicas, a intenção maior de trabalhar esses temas é fortalecer a agricultura familiar e essa coisa de interagir campo e cidade na construção de uma proposta de um projeto regional tendo em vista todo o processo político que é traçado pelo governo.”

Podemos dizer, para concluir essa parte sobre os sindicalistas, que trata-se para eles de lutar contra a “crise de identidade” deles profissionalizando os. Tenta-se atingir três níveis: um nível

identitário, um nível econômico e um nível político. Ora, a sociologia das profissões (Dubar e Tripier, 1998) considera que, num sentido sociológico, pode-se considerar que as profissões têm três dimensões: uma dimensão política (em termos de organização de um grupo para defender seus interesses), uma dimensão identitária e uma dimensão econômica (possuir um saber técnico). Pode-se dizer que trata-se para os sindicalistas de profissionalizar os agricultores familiares a partir dos jovens.

Esquematizar os discursos de pais e atores do desenvolvimento do ponto de vista interface social.

Os discursos dos sindicalistas revelam a originalidade da posição dos agricultores familiares: com efeito, se trata-se de agir aos três níveis identificados, é que os pais não são considerados como atuando nesse sentido. Primeiro porque a organização social dos agricultores familiares não funciona como uma classe social organizada para defender seus interesses, mas com uma base familiar ou comunitária (Brumer e *al.*, 1991). Isso explica que as estratégias econômicas dos agricultores são ligadas as necessidades e mão de obra familiar (Garcia, 1983).

Isso corresponde ao que Maria Wanderley (1998) chama de agricultura camponesa: “A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais da agricultura familiar uma vez que se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família”. Nesse sentido, pode se falar para os agricultores familiares que identificamos como sendo dos tipos de famílias I, II e III (e, com reservas, do tipo V) (Arnauld de Sartre, 2003), de campesinato.

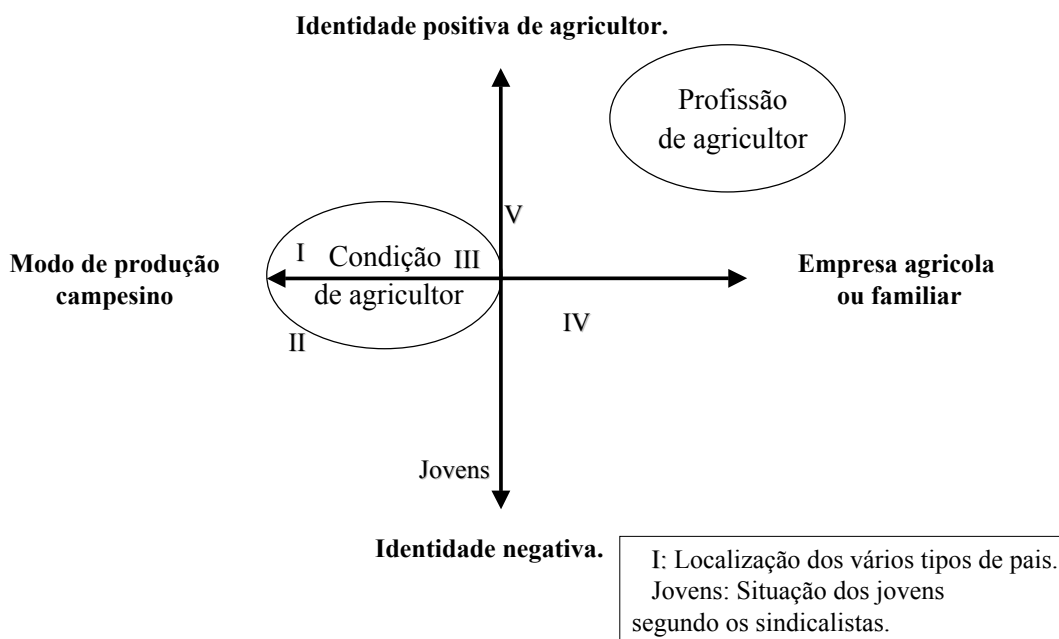
Ora, apareceu que não só os filhos não se identificam como agricultores: há muitas vezes (fora os agricultores originários do Sul do país), os pais que encontramos também não dizem que a profissão deles é a agricultura. A diferença com os jovens é que não é porque eles têm vergonha de dizer, mas porque eles não consideram que a atividade deles é uma profissão, ou um ofício: eles dizem que “moram na roça”; como se eles fossem simplesmente caracterizados por uma localização geográfica (o que chamamos de mundo rural), como se fosse natural que eles estivessem aqui. Por essa razão, decidimos de dizer que eles não *têm* uma *profissão* de agricultor, mas *são* numa *condição* de agricultor.

Ora, isso opõe-se as expectativas dos sindicalistas: ao nível das identidades, eles querem que surge uma identidade positiva de agricultor. A diferença é ainda maior aos níveis econômicos e sociais. Se a agricultura familiar funciona segundo lógicas sociais, introduzir uma gestão mais capitalista significa racionalizar a. Ora, Max Weber (1920) demonstrou que passar de lógicas

sociais a lógicas econômicas é uma das transformações mais importante na “historia das civilizações”: “A organização racional da empresa capitalista não teria sido possível se não fossem dois outros fatores que foram muito importantes por essa evolução: a separação da gestão econômica e da empresa, que hoje esta dominante na vida econômica em geral; a contabilidade racional, estreitamente ligada a esse primeiro fator” (tradução nossa). Os discursos acima analisados não demonstram uma vontade diferente: trata se de modificar fundamentalmente as lógicas dos agricultores familiares, de modernizar los.

Parece-nós que podemos tentar esquematizar essas diferenças num gráfico com dois eixos. No eixo horizontal, coloquemos o tipo de agricultor familiar usando as categorias de Brumer e al. (1991), o que reproduz uma distinção entre modo de produção campesino (Chayanov, 1965) e modelo capitalista (Weber, 1920). No eixo vertical, colocamos a questão da identidade em relação a agricultura (identidade positiva e negativa; a identidade neutra esta no centro). Do encontro entre esses dois eixos surgem as categorias em relação ao trabalho agricola, com as duas categorias de condição e profissão de agricultor.

Esquema 1: Tipos de agricultores familiares.



Podemos situar nesse esquema os tipos de agricultores que distinguimos acima: os tipos I e II são muito próximos do modo de produção campesina, embora o tipo II seja mais numa identidade

negativa da agricultura. O tipo III, mais capitalizado, é mais do lado capitalista, mesmo se pensa as estratégias em termos familiares. Esses três tipos são na condição de agricultores. O tipo IV considera a agricultura como uma fonte de renda, mas pouco atrativa em termos de identidade. O tipo V é o tipo também individualiza menos a produção da família, e tem uma identidade de agricultor a muitas vezes bastante positiva. Os sindicalistas que encontramos, que foram agricultores do tipo V, têm a visão profissional; segundo eles, os jovens estão numa perspectiva bastante desligada do modo de produção campestre embora não esteja capitalista, e têm uma identidade muito negativa; ademais, eles sempre falam dos jovens como sendo um grupo só, tendo sua própria identidade.

A distância que teria entre esses três tipos de atores coloca-nos numa perspectiva que Normal Long (1989) chama de “interface social”: “Um interface social é um ponto de interseção crítica entre diferentes sistemas sociais, campos ou níveis de ordem social aonde discontinuidades estruturais, baseadas sobre diferenças de normas culturais ou de interesses sociais, podem ser encontradas” (tradução nossa). A segunda parte da citação é importante no sentido que trata-se, para nós, de fornecer aos sindicalistas (e, talvez, as pessoas que definem políticas públicas), chaves para entender os pressupostos das mudanças que eles desejam. “Esse inteiro pelo interface vai além da simple vontade de documentar um tipo de lutas, de negociações e de acomodações que têm entre agentes de desenvolvimento a atores locais. O conceito funciona como uma metáfora para mostrar os pontos de diferenças estruturais inerentes a vida social em geral e particularmente sensíveis em situação de intervenção. Em outras palavras, isso sensibiliza o pesquisado a importância que tem a pesquisar como os diferentes interesses dos grupos sociais, as interpretações culturais, os saberes e os poderes são perturbados ou transformados a esses pontos críticos de confrontação” (tradução nossa). Trata-se, no final, de fornecer uma ferramenta de discussão entre agricultores, pesquisadores e sindicalistas (Albaladejo, 2000).

Chaves de leitura das concepções da agricultura dos jovens.

A partir do quadro proposto acima, pode se analisar as concepções da agricultura dos jovens. Realizamos para isso entrevistas biográficas semi estruturadas com 52 jovens agricultores⁵. Analisamos as entrevistas com o método de Didier Demazière et Claude Dubar (1997) com

objetivo de entender as categorias de apreensão do universo “profissional” desses jovens, para chegar no final a uma tipologia. A análise das entrevistas revelou que os jovens entrevistados relacionam três temas com o trabalho agrícola. São esses temas que vamos apresentar aqui, para entender em que medida eles permitem realizar a tipologia.

Trabalho com os pais e condição de agricultor.

As formas de trabalho com os pais e a vida comum constituem um indicador evidente da “condição de agricultor”. Com efeito, se como mostramos o a condição de agricultor caracteriza-se, mesmo depois do casamento, pelo trabalho familiar e a proximidade geográfica, então podemos estudar como os jovens trabalham de fato com os pais, e quais são os discursos em cima desse trabalho.

Observa-se que os filhos de colonos casados que ficaram no mundo rural (66% dos jovens⁶) localizam-se perto dos pais (67% dos rapazes e 52% das moças), e que, no caso dos rapazes, essa proximidade geográfica significa a muitas vezes de relações de trabalho estreitas (45% dos rapazes). Porém, todas essas formas de trabalho em comum não são comparáveis, da mesma forma que os que não estão trabalhando com os pais têm razões diferentes.

Alguns jovens trabalham o tempo todo com os pais, e sentem-se obrigados por razões morais a fazer o:

“Tem que ajudar o velho: quem foi que me criou desde que nasceu até agora? Quer dizer, tem que ajudar ele.”

Embora esse jovem (casado de 40 anos) acha que o pai tem uma autoridade excessiva, ele trabalha com ele por obrigação porque o pai cuidou dele “desde que nasceu até agora”. Ora, esse jovem trabalhava pelo pai desde mais de 20 anos quando encontramos-lo. A “dívida” dele deveria ser “saldada” a muito tempo. A dívida é sobretudo moral, e todos os jovens não aceitam a: um jovem de 35 anos, casado com 4 filhos, foi se embora do lote do pai para ir morar num fundo de travessão:

“P.: E começou a trabalhar no teu lote, unicamente, quando?”

“R.: Primeiro eu vim trabalhar com o pai aqui, tocar o lote de lá, aí sempre havia uns desentendimento de serviço, eu queria fazer de um jeito aí ele puxava de outro jeito, aí todo serviço que eu queria fazer, ele não concordava direito, ele sempre achava que eu tava errado, aí eu falei: “Então o senhor toca o seu do jeito que o senhor quiser eu faço o meu do jeito que eu quero”; Aí pronto. Ele montou um

⁵ Entende-se por jovem agricultor filhos e filhas de colonos que não estão mais escolarizados, têm mais de 16 anos e menos de 35 anos, sendo a maioria dentre eles entre 25 e 35 anos; 40 jovens são casados ou ajuntados.

⁶ Sobre uma amostra de 350 jovens, originários de 86 famílias da frente pioneira.

ecologista, sabe? Não queria fazer derrubada, não queria fazer desmatamento não queria fazer queimagem nas coisa e aí não tinha condição de trabalhar junto com eles, porque quem tava aqui dentro não podia deixar a juquira tomar conta da casa, o mato vim na pontinha da casa, tinha que abrir espaço nesse terreno pra trabalhar, criar alguma coisa e parti pró que tava dando lucro, o que tava dando lucro não, o que tinha assim um pouco mais futuro, não mexer com coisa ingrata que você ia só trabalhar de graça e depois não ia ter nenhum... saldozinho né? E aí eles queria que eu ficasse aí trabalhando assim roçar, fazer uma rocinha de arroz, plantar o milho, plantar o feijão, plantar a mandioca, plantar só naquele pedacinho ali. No outro ano dá uma ajeitada ali, coisa assim como se não tivesse outra terra mais sabe? Fosse só aquele pedacinho ali e fosse nascer e se criar menino e neto só naquele pedacinho ali aí eu vi que não tinha futuro, era um tipo de trabalho que era pra ser colocado noutra região, mas não aqui, não tinha jeito, era muito trabalho e no fim não dava... Você ia morrer trabalhando sem ganhar nada, aí eu saí fora deles, aí fui pró Surubim trabalhar lá, levei a mulher e o menino pra lá, nesse tempo eu só tinha um, aí comecei trabalhar lá sem condição, tinha trabalhado aqui e deixei tudo aqui pró pai e ele era contra essas derrubadas, eu fui botar três alqueires e ele todo tempo contra: “Não, não pode fazer desse jeito, você vai derrubar toda a mata, depois amanhã você vai precisar de fazer uma roca e não tem mato”; e botando areia e eu disse: “Não, eu tenho que fazer roça por que o gado tá passando fome e eu não quero vender o gado porque não tem pasto”, prefiro vender o gado todo, agora vender o gado porque não em pasto eu não faço isso não, vou derrubar e pronto e trabalhei uns três a quatro anos roçando.”

A recusa da autoridade do pai pode se traduzir se de diferentes formas: esse jovem comprou seu próprio lote; outros tentam trabalhar o menos possível com o pai; outros vão se embora para ser empregado numa fazenda ou na cidade. Mas sempre é um bom indicador das concepções da agricultura, como sendo na condição de agricultor ou mais profissional. Pode se distinguir entre vários tipos de situação, do mais dependente até o independente: primeiro, os solteiros já velhos (mais de 35 anos) e que não pensam em casar, morando nos pais e trabalhando o tempo todo com o pai, quem decide de todo; depois, os jovens casados que trabalham a maior parte do tempo no lote do pai, também sob a direção dele; os jovens casados mas autônomos que moram perto dos pais e trabalham regularmente com eles, mas tendo as próprias lavouras e comercializando-a; jovens independentes dos pais, que nunca trabalham com eles (a muitas vezes, moram longe); assalariados que nunca ajudam os pais.

Ora, o trabalho com os pais não é um indicador suficiente para caracterizar o tipo de relação com agricultura. Os conflitos entre gerações são freqüentes, em toda sociedade; e razões agro-econômicas podem explicar o afastamento. Mas os jovens relacionaram sempre o casamento e a relação com a família nuclear (esposa e filhos) com agricultura.

Casamento e família nuclear entre “forma social comunitária” e “societária”.

Se o econômico e o social, a agricultura e a família, são confundidos no que chamamos “condição de agricultor”, então o casamento deveria ser o principio de uma “exploração agrícola”. A análise de um casamento, o de M. (Marido) e E. (Esposa), pode ajudar a entender a

significação do casamento dentro da condição de agricultor e suas evoluções contemporâneas. O Marido tem uma visão muito “tradicional” do casamento:

“P.: Por que tu queria casar tão rapidamente (uma semana)?

“M.: São coisas que eu não sei explicar, bom uma das coisas é que eu pretendia me estabelecer aqui, ter uma terra e construí alguma coisa e eu sozinho, eu sabia que não ia conseguir e eu tinha um sonho, de casar e me estabelecer, eu achei que seria o momento e que se alguém, uma pessoa que, pelo menos agente imaginou que fosse a pessoa ideal, fosse uma pessoa boa, fosse uma pessoa legal, pelo menos imaginou na hora que fosse, então foi essa pessoa mesmo. Você vê e gosta no mesmo instante, talvez poderia até, no momento que conversasse com ela, eu chegasse e dissesse que não era aquela pessoa e desistia, mas não, eu acho que foi mais isso, achar que seria a pessoa certa e eu acho que pra construí qualquer coisa, eu acho que aqui era a primeira coisa depois eu comprei um lote, mesmo tempo eu comprei um lote na vicinal, 15 quilômetros, me deu uma idéia maluca de ir pra lá, 15 quilômetros sem estrada, sem nada. (...) Aí eu já era casado na época e a mulher pediu logo o divórcio: “*se vai pró lote sozinho*”, sozinho eu num ia.

“P.: A E. falou isso?

“M.: Falou, tava recém casado, com uns dois mês de casado, eu comprei o lote e já tava decidido, quando tava tudo arrumado pra ir pró lote ela disse: “*ocê vai sozinho, eu vou ficar aqui, daqui eu num volto, posso voltar pra casa dos meus pais de novo, mas pró lote eu num vou*”, daí eu desisti.”

Pode se ver aqui que pró M., casar-se e ter um lote são dois elementos estreitamente ligados; quando casou, foi para “estabelecer-se”, e quando ela ameaçou de deixar o sozinho se fosse pró lote que ele comprou, ele teve de desistir. Portanto, esse tipo de casamento característico da condição de agricultor esta sendo contestado. O casamento é claramente um médio de ir se embora ou do lote do pai, ou da roça: um filho casado tem mais possibilidade de emancipar-se da autoridade paternal ou de escolher o lugar aonde morar do que um solteiro. Isso explica que muitas meninas fulgem da casa dos pais, e que muitos casamentos são decididos depois de uma semana de namoro: foi o caso do casamento do M. e da E. Ela casou porque queria ir-se embora:

“P.: Tu falou que não queria estudar, mas queria sair do travessão, tu não gostava de lá não?

“E.: Não tinha nada ali que me agradasse a não ser a minha família mesmo, não gostava dali como ainda hoje não gosto.

“P.: Por que?

“E.: Acho que hoje sou parada, tímida, tudo foi por eu viver ali dentro socada não tinha oportunidade de nada a não ser ir pra igreja, ter aquela rotina, pra igreja, pra casa, as vezes ir pra escola, é muito triste a vida dali de dentro. Não quero voltar pra li nunca mais.

“P.: E o estudo foi a maneira de tu sair?

“E.: Foi, estudo e seguindo o M..

“P.: O casamento, tu achas que casou mais pra sair de lá?

“E.: Eu acho que foi o destino, não era muito pra eu sair de lá, mas eu tinha aquela atração pelo M. e botei na cabeça que tinha que casar com ele e que ele podia me ajudar a sair de lá. Foi mais pra sair.

“P.: Foi por isso que tu casou tão rapidamente?

“E.: Foi muito rápido, a gente se conheceu numa segunda e noivou na sexta, só não casou no sábado porque não deu né?

“P.: E tu queria muito casar naquela época, ou como foi?

“E.: Não, eu não queria tanto casar, mas a minha situação obrigava sim eu me casar, por ser assim um grupo de pessoas eles pegam muito no pé da gente, você não podia namorar com ninguém, só podia namorar com pessoas da igreja, as pessoas implicavam comigo, eu queria sair daquela vida era uma pressão muito grande, num dava não.”

A entrevista com E. é muito diferente da com M.. Ele casou para poder estabilizar-se e ter um lote; ela para sair da roça. Isso explica que ela não queria ir pró lote dele. Essa diferença vai além da localização geográfica da família: ela não quer ter mais de um ou dois filhos enquanto ele gostaria do máximo possível. Com efeito, ele diz que o que gostou nela, é que ela tinha muitos irmãos e ia querer muitos filhos; enquanto ela, justamente, rejeita as famílias numerosas.

Esse fenômeno de redução do número de filho é muito comum: as famílias de filhos de colonos com mais de 4 filhos são muito poucas, a média estando ao redor de 2 filhos por mulher (a muitas vezes, as mulheres “fazem ligadura das trompas” depois do segundo filho). O Philippe Léna e Isalde Maciel da Silveira (1993) já notaram isso no início dos anos 90; o fenômeno só generalizou-se esses últimos anos. Esse pai explica porque não quer mais filhos:

“P.: E agora, quer mais filho?”

“R.: Rapaz, estamos pensando que vamos parar com isso. A esposa não é operada ainda, nem eu, mas 4 filhos acho que é suficiente.

“P.: É suficiente?”

“R.: É, eu acho que sim. A crise que esta hoje e dia, a gente... tem pessoa que tem muito filho, mas não tem condições de dar estudo, zelar. Eu mesmo, estou dando estudo para os meus filhos. Eu vou ver se estou... vou dar estudo para eles enquanto poder, mas a gente não pode todo pró filho porque a gente não tem condição, né. Se é da vontade de Deus também...”

Essa entrevista revela duas mudanças muito importantes: esse pai quer menos filhos para melhor poder cuidar deles; e porque ele quer que eles estudassem. Se considera-se que o trabalho dos filhos é a chave do sistema comunitário (Garcia, 1983), reduzir o número de filhos e não destinar os a agricultura é uma mudança considerável. Na França, Philippe Ariès (1960) considera que passar de uma concepção de um “filho enquanto parte do patrimônio” a uma concepção dos filhos como seres podendo ter um futuro fora da agricultura é o sinal de uma ruptura com o modo de vida comunitário, e da entrada num modelo societário (Dubar, 2001).

Dai pode-se distinguir vários tipos de casamentos e de relações com os filhos, do mais comunitário até mais societário: o casamento comunitário apresentado no início dessa parte; o casamento fuga, quando um jovem casa só para ir-se embora do lote do pai ou do travessão; o casamento para construir uma vida comum, com uma base igualitária; o casamento por amor, muito raro na minha amostra. Pode-se distinguir também a partir das esperanças pró futuro dos filhos. Os solteiros, é claro, não podem ser analisados dessa forma, embora deve-se distinguir entre os que querem casar e os que não pensam em casar, mas em ficar no lote dos pais.

Os discursos sobre agricultura: racionalização da gestão do lote.

A terceira forma de distinguir entre os jovens esta na relação com o trabalho agrícola: os discursos sobre o trabalho agrícola dão índices das concepções do trabalho agrícola, em particular da relação entre dimensão econômica e social. Vários critérios podem ser apontados.

Vimos nas entrevistas dos pais que muitos deles rejeitavam a condição de assalariado (fora do trabalho assalariado pontual) e a dependência de um patrão. Ora, todos os filhos não rejeitam o fato de ser assalariado definitivamente: pode significar que eles não querem instalar-se em condições difíceis, ou que eles são atraídos por um modo de vida urbano; mas nesses casos, isso representa uma ruptura com as concepções dos pais (Le Borgne – David, 1998). Aceitar o fato de ser assalariado definitivamente significa que a independência na agricultura não é um objetivo a atingir ou uma condição a reproduzir, mas uma possibilidade.

A relação com financiamentos é um critério essencial da racionalização das lógicas (Weber, 1920). Quando recebe-se um financiamento, o fato de ter investido o no lote, de poder fornecer cálculos em termos de investimento – renda, de poder devolver o dinheiro ao final do prazo ou explicar porque os objetivos não foram alcançados,, constituem indicadores da capacidade de gerenciar os lotes “como uma empresa na cidade”.

Outro critério importante, a comparação entre as principais fontes de renda dos lotes de pais e filhos: parte da produção comercializada, tipo de comercialização, fonte de renda não agrícola, transformação dos produtos, tipo de cultivo escolhido... todos esses critérios podem revelar diferenças, em termos de racionalização (ou não) da gestão dos lotes.

Enfim, e esse critério aparece como sendo o mais interessante quando encontra-se, encontra-se (raramente) casos de jovens agricultores que reivindicam um saber especificamente agrícola, e que valorizam a agricultura como sendo uma atividade útil para todos e necessitando um saber específico. Esse saber, ele pode chegar ou das escolas agrícolas, ou da própria educação com o pai e da experiência do agricultor.

Dai pode-se fazer uma tipologia dos jovens segundo os discursos deles sobre agricultura. De um lado, uma boa parte deles não têm nenhum discurso: só importa a situação fundiária e o fato de ser autônomo. Desses jovens, deve-se distinguir entre: os que moram com os pais e só obedecem aos pais; os que estão assalariados ou meeiros e que ficam na espera de um lote; os que acabam de autonomizar-se, mas para quais ainda não pode-se observar praticas nem recolher discursos; os que uma outra atividade além da agricultura, e que são falam dessa outra atividade.

Encontra-se, dentro dos que falam da agricultura, vários tipos segundo os vários critérios acima citado. Mas qualquer que sejam as praticas desses jovens, observa-se de uma forma nítida que nem sempre um jovem que gerência seu lote de uma forma “racional” tem um discurso positivo sobre agricultura: muitos dizem que estão lá porque não tem outra oportunidade, porque “nunca tiveram sorte com cidade”, ou porque foram obrigados pelos pais.

Tipologia dos jovens agricultores da Transamazônica: uma mosaica de concepções da agricultura.

Podemos, a partir dos três critérios expostos acima (relação com os pais, com família nuclear e com trabalho agrícola), fazer uma tipologia para ver se os jovens realizam as esperanças colocadas neles ou se as realizações deles são diferentes. Por isso, vamos ajudar nós do esquema 1, e tentar localizar os jovens nos dois eixos.

Uma mosaica de concepções da agricultura.

Realizamos, cruzando as concepções que emergiram dos discursos e da biografia de cada jovem, uma tipologia de 7 tipos, cada tipo tendo entre 4 e 6 casos. Os tipos foram classificados de A à G, dos que o mais estão numa condição de agricultores até os mais profissionais.

Os jovens dos tipos A, B e C são os que o mais reproduzem o que faziam os pais deles; mas em nenhum caso observa-se uma reprodução ao idêntico. Os jovens de tipo A são os mais próximos da condição de agricultor: eles trabalham com os pais, “ajudando” eles, se casaram com pessoas conhecidas da família por muito tempo, e querem ficar independente dos pais; eles não têm discurso sobre agricultura. Mas todos querem ter 4 filhos ao máximo, contestam a autoridade do pai e querem “melhorar a organização do trabalho”.

Os jovens do tipo B têm pontos comuns com os precedentes, mas saíram do lote dos pais, as vezes depois de uma briga ou usando o casamento. Eles são autônomos na agricultura (assalariando-se quando precisar), mas trabalham com os pais regularmente. Embora eles se separaram dos pais, eles têm um modo de produção camponês: trabalham junto com a família, para família, usando as mesmas técnicas que os pais. Porém, esses jovens estão numa crise de identidade: para eles, ser agricultor é “uma vergonha”, e não querem, se for possível, que os filhos sejam agricultores. Como se a autonomia dobrasse de uma crise de identidade.

Se pode-se considerar que os jovens de tipo B são autônomos, os de tipo C são independentes: eles trabalham pontualmente com os pais, trocando dias de trabalho. Essa situação deve-se ao

fato deles ser filhos de agricultores do tipo V: os pais não exigem ajuda dos filhos, embora eles tenham dado um lote para cada filho. Esses jovens aceitam facilmente de assalariar-se; boa parte deles se casaram por amor ou tentam construir uma relação equilibrada com a esposa. Mas eles não são profissionais na medida em que não valorizam a agricultura enquanto profissão, mas porque dá lhes oportunidade de morar com a família na roça. A cidade é uma destinação possível para os filhos, sem que esteja tão desejada quanto no caso dos jovens do tipo B.

Os agricultores do tipo D têm duas atividades e moram no lote dos pais, tendo ou não as suas próprias roças. O trabalho fora do lote necessita uma qualificação especial (motorista de máquina, trabalho de motocerra, técnico agrícola), e dá uma boa renda: a agricultura só é uma atividade a mais, e nos discursos eles valorizam unicamente a outra profissão. Mas isto é o único ponto comum entre esses jovens: a relação com a família nuclear e com os pais variam bastante.

Os agricultores do tipo E estão mais dentro do sistema capitalista: falam do lote em termos econômicos, investem no lote, comercializam e as vezes transformam a produção. Mas esses jovens estão numa crise de identidade muito forte: eles não queriam ser agricultores, saíram para trabalhar na cidade ou no garimpo (o que sem dúvida explica os comportamentos mais capitalistas) e voltaram ou porque fracassaram, ou porque os pais obrigaram eles. Se casaram ou antes de sair do lote, ou quando voltaram, “porque precisa se uma mulher para ser agricultor”: para eles, “agricultura é só um jeito”, ou “é ruim”. A racionalização da gestão dos lotes está ligada a uma crise da identidade agrícola.

Os agricultores de tipo F também têm comportamentos economicamente racionais, como os precedentes, mas têm uma relação positiva com agricultura: eles pensam ter um saber específico, adquirido com a experiência. Se eles são independentes dos pais, eles se casaram muito depois de ter saído do lote dos pais: se a família é importante para eles, ela não está nem a finalidade, nem o médio da produção. Todos eles dizem que tinham oportunidade de sair da agricultura, mas que preferiram ficar aonde eles têm uma boa renda. Mas esses jovens não se reconhecem dentro de uma classe social, os produtores rurais: se acham muito diferente dos vizinhos, com os quais não querem ser confundidos, não estão sindicalizados e não querem sê-lo. Eles têm uma lógica de acumulação, querem um dia ser fazendeiros.

Se os sindicalistas não gostam dos agricultores de tipo F, os de tipo G são os que mais realizaram as esperanças dos sindicalistas. Com efeito, eles foram formados nas Casas Familiares Rurais; portanto, não todos os ex-alunos estão nesse tipo. Eles se afastaram dos pais considerados

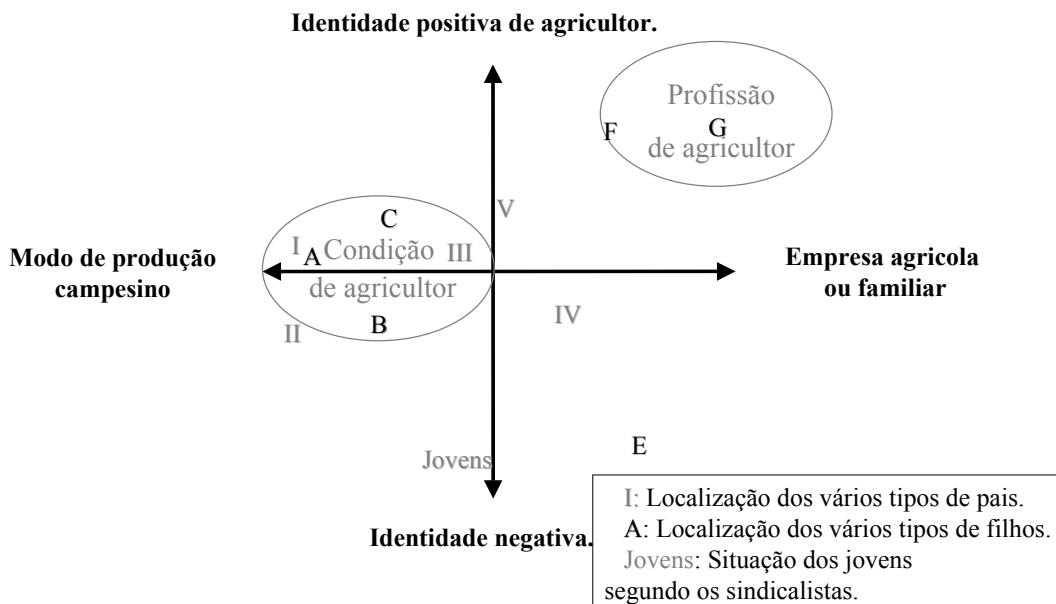
como tradicionais demais (as vezes graças ao casamento), e têm uma lógica de funcionamento bastante econômica e que tenta preservar o meio ambiente. Las esses jovens são instalados desde muito pouco tempo (a primeira turma saiu em 1998), e não pode se analisar precisamente o que estão fazendo. Portanto, esse tipo ainda é potencial; seria preciso voltar vê-los daqui a uns anos.

Avaliação das diferenças entre esperanças e realizações.

A partir dessa tipologia, pode-se tentar situar as concepções dos jovens em comparação as dos pais e sindicalistas: tentamos formalizar isso no esquema 2 (pagina seguinte).

Em comparação com os pais, os jovens de tipo A, B e C são os que mais reproduzem o que fizeram os pais (os de tipo A e B sendo filhos de pais de tipo I e II, os de tipo C de filhos de tipo V). Mas já viemos que a reprodução não é inteira. Os filhos dos pais de tipo IV encontram se nos casos D, F e G, o que não constitui uma ruptura com os pais. Fora esses filhos de pais de tipo IV, todos os filhos de tipo D, E, F e G têm um comportamento muito diferente dos pais. Isso deve-se ou ao fato deles ter estudado nas CFR's, ou a experiência nas cidades ou no garimpo que esses jovens tiveram. Portanto, essas experiências não têm o mesmo efeito sobre todos os jovens, porque jovens dos tipos B e C também passaram um tempo fora do lote paternal, sem isso ter sido decisivo nas concepções desses jovens.

Esquema 2: Diferenças entre esperanças e realizações.



Mas são poucos os que realizam as esperanças dos sindicalistas: os jovens de tipo G ainda não podem ser “avaliados” com precisão, e os mais profissionais, os agricultores de tipo F e E, ou estão vivendo uma crise de identidade forte, ou estão tendo uma dinâmica de concentração fundiária. Em relação ao tipo F, o gráfico escolhido não permite mostrar as grandes divergências que tem entre os membros do tipo e os sindicalistas: isto constitui um limite do gráfico.

Pode se dizer para concluir que, ao contrário do que dizem os sindicalistas, as concepções dos jovens em relação a agricultura são várias: se alguns deles estão em crise de identidade, nem todos querem sair da roça. Mas sempre uma valorização ou desvalorização do trabalho agrícola esta ligada a saída do sistema comunitário; confirmando que nesse caso, a agricultura não é uma atividade separada da família. Mas esse sistema esta em crise, e os jovens mudam de duas maneiras: primeiro, a socialização familiar é importante para explicar os comportamentos. Mas uma “socialização secundária” (Berger e Luckmann, 1966) nunca esconde a socialização primária, e as influencias dos pais ainda são importantes.

Conclusão.

“Hoje, tem mudanças que você não pode evitar, a não ser burro ou perdido no meio da mata”. O jovem que falou isso para nós estava tentando inventar uma nova forma de relacionar se com sua esposa, com agricultura, com cidade... Longe dos planos dos pais ou dos sindicalistas, uma parte dos jovens estão construindo um futuro original. A maioria dos jovens querem reduzir o numero de filhos, cuidar deles, separar-se dos pais. Os sindicalistas falaram de crise de identidade, mas parece que o problema é maior ainda: muitos dados fazem nós pensar que esses jovens estão saindo da condição de agricultor; o processo que começou esses últimos anos deveria continuar com a geração precedente. Ora, não deve-se pensar que eles vão numa direção já desenhada: a modernidade é múltipla, em mosaica...

Talvez as escolhas que nós fizemos nesse artigo são inadaptadas para mostrar isso: com efeito, as entrevistas dos jovens foram analisadas a partir das categorias dos pais ou dos sindicalistas. Se fizemos isso para mostrar que o caminho dos jovens não vai numa direção determinada, esse tipo de análise não revela as categorias de percepção da realidade dos jovens.

Ora, mesmo se ainda tem caminho para entender essas categorias, achamos que ter mostrado a importância da socialização secundária abre espaço para criação ou ampliação de instituições de socialização secundária: porque a identidade dos jovens que saem da condição de agricultor é frágil; o surgimento de uma novas categorias de percepção da realidade é doloroso. A vontade

que esses jovens tinham de confiar-se a mi, de falar na frente de um microfone, mostrou que eles precisam exprimir-se e ser ouvidos. Definir políticas articuladas as esperanças deles não é só “participativamente coreto”; e uma necessidade.

Bibliografia.

ALBALADEJO, Christophe. 2000, “O diálogo para uma interação entre os saberes dos agricultores e os saberes dos técnicos: uma utopia necessárias”. *In: J. Hébette et R. da Silva Navegante (Org.), CAT – Ano décimo, Belém-PA: UFPa, pp. 173-213.*

ARIES, Philippe. 1960, “L’enfant dans la famille”. *In: Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIIIème siècle, Paris: Le Seuil, pp. 322-343.*

ARNAULD DE SARTRE, Xavier. 2003, “Les stratégies de don de la terre et leur efus dans l’accès au métier d’agriculteur des fils et filles de colons d’Amazonie Orientale”. Paris: *Etudes Rurales*, à paraître en Juin 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. 1966, *Social construction of reality*. New York, USA.

BRUMER, Anita ; DUGUE, Ghislaine ; LOURENÇO, Fernando Antônio ; WANDERNLEY, Maria de Nazareth. 1991, “A agricultura familiar nos Brasil”. *In: H. Lamarche (Ed.), A agricultura familiar, uma realidade polimorfa, Paris: L’Harmattan.*

CHAMPAGNE, Patrick. 1987, "Capital culturel et patrimoine économique: le cas de l'agriculture bressanne", Paris : *Actes de recherche en sciences sociales*, n° 69, pp. 51-66.

CHAYANOV, Alexander V. 1966, *The theory of peasant economy*. Illinois, USA: Richard Irwin Inc., 317 p.

DEMAZIÈRE, Didier et DUBAR, Claude. 1997, *Analyser les entretiens biographiques*. Paris: Nathan, 350 p.

DUBAR, Claude. 1991. *La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*. Paris : Armand Colin, Collection Université, 276 p.

DUBAR, Claude. 2001, *La crise des identités. L’interprétation d’une mutation*. Paris : Presses Universitaires de France, Collection Le lien social, 239 p.

DUBAR, Claude et TRIPIER, Pierre. 1998, *Sociologie des professions*. Paris: Armand Colin, 256 p.

GARCIA Jr., Afrânio Raul. 1983, *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 236 p.

LÉNA, Philippe ; MACIEL DA SILVEIRA, Isalde. 1993, *Uruará : o futuro das crianças numa área de colonização*. Belém: UNAMAZ - UFPA, 96 p.

LE BORGNE - DAVID, Anne. 1998, *Le salariat plutôt que la malaria. Les migrations paysannes du Sud-Brésil vers l'Amazonie*. Paris: L'Harmattan, Collection Recherches Amériques Latines, 225 p.

LONG, Norman (Ed.). 1989, *Encounters at the interface. A perspective on social discontinuities in rural development*. Wageningen: Wageningen Studies in Sociology, n° 27.

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; ANTONIO DE MELLO, Márcio; DORIGON, Clovis; et BALDISSERA, Ivan Tadeu. 2001, *Os impasses sociais da sucessão hereditária da agricultura familiar*. Florianópolis et Brasília: EPAGRI, NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 120 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. 1998, "Raízes históricas do campesinato brasileiro". In: J. C. Tedesco (Ed.), *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, pp. 21-55.

WEBER, Max. 1920, *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Tradução francesa (2001), Paris: Flammarion, Coleção Champs, 393 p.